

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO RIO GRANDE DO NORTE

IRINA FERREIRA CAMPOS

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DESENVOLVIDO
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
PROJETOS ESTRUTURANTES (SEHARPE), NO PERÍODO DE MARÇO DE 2020
A SETEMBRO DE 2021**

NATAL - RN
2021

IRINA FERREIRA CAMPOS

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DESENVOLVIDO
NA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E
PROJETOS ESTRUTURANTES (SEHARPE), NO PERÍODO DE MARÇO DE 2020
A SETEMBRO DE 2021**

Relatório apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Ambiental.

Orientadora: Dra. Fabíola Gomes de Carvalho.

NATAL - RN

2021

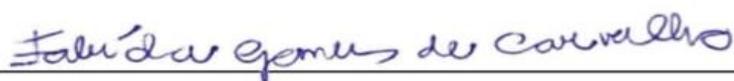
IRINA FERREIRA CAMPOS

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
DESENVOLVIDO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO,
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROJETOS ESTRUTURANTES
(SEHARPE), NO PERÍODO DE MARÇO DE 2020 A SETEMBRO DE 2021**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial à obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Ambiental.

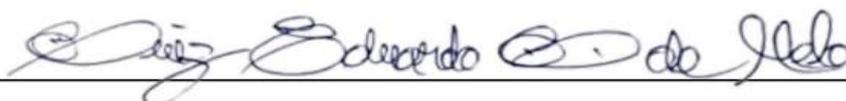
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado em 07/10/ 2021, pela seguinte Banca Examinadora:

BANCA EXAMINADORA



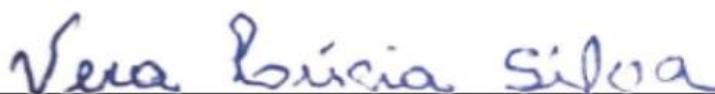
Prof^ª. Dr^ª. Fabíola Gomes de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Prof. Dr. Luiz Eduardo Lima de Melo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Prof^ª. Ms. Vera Lúcia Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

RESUMO

O presente relatório de estágio tem por objetivo apresentar as atividades realizadas na Secretaria Municipal De Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE), no período de março de 2020 a setembro de 2021, sob a supervisão da Assistente Social Vane Teixeira de Oliveira. O enfoque principal do estágio foi a execução de atividades de Educação Ambiental (EA), realizadas com as famílias do Complexo Residencial Village da Prata. A metodologia utilizada para a efetivação desse relatório consistiu na base de conhecimentos teóricos vivenciados em sala de aula e na pesquisa bibliográfica, realizada por meio de artigos científicos, monografias, teses e livros, que auxiliaram na consulta aos temas abordados. As atividades executadas incluíram atendimento ao público, confecção dos dossiês dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), visitas às comunidades e participação nas entregas dos empreendimentos. Em função da pandemia da COVID 19, boa parte das atividades externas, propostas para o estágio, não puderam ser executadas, principalmente as oficinas, palestras e rodas de conversa envolvendo EA. Diante disso, é recomendável que estudos de caráter prático e que envolvam a EA sejam realizados, visando caracterizar as relações neste ambiente urbano, de forma a contribuir para a discussão da melhoria da qualidade de vida no PMCMV e dos problemas ambientais ali existentes.

Palavras-chave: educação ambiental; estágio; Programa Minha Casa Minha Vida.

ABSTRACT

This internship report aims to present the activities carried out at the Municipal Housing, Land Regularization and Structuring Projects (SEHARPE) from March 2020 to September 2021, under the supervision of Social Worker Vane Teixeira de Oliveira. The main focus of the internship was the execution of Environmental Education (EE) activities carried out with the families of the Residential Complex Village da Prata. The methodology used to carry out this report consisted of the theoretical knowledge base experienced in the classroom and bibliographical research carried out through scientific articles, monographs, theses and books that helped in the consultation of the topics covered. The activities carried out included customer service, preparation of dossiers for the beneficiaries of the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV), visits to the communities and participation in the delivery of projects. Due to the COVID 19 pandemic, a good part of the external activities proposed for the internship could not be carried out, especially workshops, lectures, conversation circles about EE. Therefore, it is recommended that practical studies involving EE are carried out, aiming to characterize the relationships in this urban environment, in order to contribute to the discussion of improving the quality of life in the PMCMV and the existing environmental problems there.

Keywords: environmental education; internship. Minha Casa Minha Vida Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Localização do Condomínio Residencial Village da Prata, no bairro Guarapes.....	17
Figura 2	– Vista aérea do Residencial Village da Prata, na qual observa-se que 6 dos 8 condomínios já estão construídos, e 2 (ao fundo) estão em construção.....	18
Figura 3	– Organograma representando os departamentos da SEHARPE segundo o Decreto nº 11.574 de 27 de dezembro de 2018.....	23
Fotografia 1	– Presença do Ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Marinho na entrega no residencial Noilde Ramalho junto com a Diretora do DASPE, Secretário da SEHARPE, representante CAIXA e deputado Walter Alves.....	25
Fotografia 2	– Reunião em Assembleia Geral Permanente do residencial Severino de Souza Marinho ministrada pela técnica social, ocorrida na sede da SEHARPE.....	26
Fotografia 3	– Assinatura de contrato do Residencial Severino de Souza Marinho.....	26
Fotografia 4	– Reunião de entrega das chaves aos novos moradores do SSM.....	27
Fotografia 5	– Execução da mudança das famílias da área da Chesf no bairro de Felipe Camarão.....	27
Fotografia 6	– Execução da mudança das famílias da Ocupação Pedro Melo, localizada no bairro da Ribeira.....	28

LISTA DE SIGLAS

CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
DASPE	Departamento de Ação Social e Projetos Especiais
EA	Educação Ambiental
ESA	Educação Sanitária e Ambiental
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PTS	Projeto de Trabalho Social
PTTS	Projeto de Trabalho Técnico Social
SEHAR	Secretaria Municipal De Habitação, Regularização Fundiária e Projetos
PE	Estruturantes
SSM	Severino de Souza Marinho
UH	Unidade Habitacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	14
2.1.1	A problemática urbana do PMCMV.....	15
2.1.2	PMCMV no município de Natal.....	16
2.1.3	Residencial Village da Prata.....	16
2.2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	19
2.2.1	Projeto de Trabalho Social no Village da Prata – Eixo Ambiental.....	21
3	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTÁGIO.....	23
4	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	24
5	CONCLUSÃO.....	28
	REFERÊNCIAS.....	30

1 INTRODUÇÃO

O ambiente natural constantemente transformado pelo homem, através do processo de urbanização e expansão, cria ambientes artificiais buscando atender às suas inúmeras necessidades. Com a intensificação do processo de urbanização sobre um espaço restrito, impactos são gerados e, como consequência, tem-se a degradação do meio ambiente, que pode evoluir e adquirir um caráter persistente, caso nenhuma ação seja tomada no sentido de reverter ou minimizar estes impactos.

Nesse sentido, o papel que a Educação Ambiental (EA) desempenha no meio urbano é de importância primordial, pois através de um trabalho contínuo de sensibilização, inserido em um processo de gestão participativa, é que a população desenvolve, de forma consciente, uma melhor percepção dos problemas relacionados ao meio ambiente, despertando assim para o exercício da cidadania e cumprindo seu dever de zelar não só pelo local onde mora, mas também pela sua cidade.

O presente trabalho descreve as atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular Supervisionado, desenvolvido na Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE) da Prefeitura do Natal - RN, no período de março de 2020 a setembro de 2021, com enfoque principal no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), sob a supervisão da assistente social Vane de Oliveira Teixeira, graduada em Serviço Social e Pedagogia, especialista em Educação.

Este estágio teve como objetivo, realizar um trabalho de Educação Ambiental, a partir da sensibilização das famílias do Residencial Village da Prata, destacando a importância da implementação de práticas sustentáveis, que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será apresentado o referencial teórico, cujo suporte bibliográfico embasou os resultados e a discussão sobre as atividades desenvolvidas neste relatório.

2.1 O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Gerado com o objetivo de “criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00” (BRASIL, 2009), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) é regido pela Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Formulado para ser um propulsor do setor da construção civil e do mercado imobiliário brasileiro em um contexto econômico de crise, o PMCMV vem com a proposta de reduzir o déficit habitacional no país, no qual prometia-se construir 1 milhão de casas, investindo 34 bilhões de reais advindos do orçamento da União e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (AMORE, 2015).

O PMCMV organiza-se entre três linhas de atuação, que permitem agrupar os beneficiários por faixas de renda familiar. Na Faixa 1, estão os beneficiários com renda de até R\$ 1.800,00, nos quais estão concentrados os maiores subsídios oferecidos pelo programa. Para integrar a Faixa 1 do Programa, as famílias precisam atender a requisitos de corte elaborados pelo próprio PMCMV, além de “pontuarem” de acordo com critérios nacionais e adicionais, sendo esses últimos definidos por cada município, respeitando parâmetros próprios de vulnerabilidade e territorialidade (AMORE, 2015). Na Faixa 2, são atendidas famílias pela modalidade de financiamento via FGTS que possuam renda familiar de até R\$ 4.000,00, com possibilidade de subsídio de até R\$ 47.500,00 e taxa de juros inferiores às praticadas no mercado. Por último, a Faixa 3, que possui características semelhantes à Faixa 2, no entanto, ela atende famílias com renda de até R\$ 9.000,00 sem uso do subsídio complementar, mas com taxa de juros também inferiores às praticadas no mercado (OLIVES, 2017).

Como já dito anteriormente, o programa iniciou com o objetivo de construir 1 milhão de habitações para famílias com renda de até 10 salários-mínimos. Mas,

segundo o Relatório de Avaliação do PMCMV, elaborado pelo Ministério da Economia no ano de 2011, já na fase 2 do programa, a meta foi ampliada para mais de 2 milhões de habitações até o final de 2014 e, em 2016, na terceira fase, foi fixada uma meta de 2 milhões de unidades adicionais até o final de 2018. Ao longo do ano de 2019, foi anunciada a meta de 400 mil unidades em 2019, e 500 mil em 2020. De acordo com o relatório, até setembro de 2020, foram contratadas mais de 6,1 milhões de unidades habitacionais (UHs), e mais de 5,1 milhões foram entregues (BRASIL, 2020).

Com relação aos impactos do Programa, têm-se a redução considerável do déficit habitacional, além da oferta de moradia digna aos mais vulneráveis através da Faixa 1, a distribuição de renda, a inclusão social, a dinamização do setor da construção civil e, também, a geração de trabalho e renda. Em contrapartida, a localização dos empreendimentos tornou-se um problema observado pela população, ao longo dos anos, visto que, muitas vezes, é a construtora quem escolhe a localização do terreno e que, orientadas por uma lógica financeira, escolhem terras de baixo custo, situadas em terrenos distantes dos centros urbanos, dificultando o acesso dos moradores (que em sua maioria são de baixa renda) aos serviços básicos, como educação e saúde (RAMALHOSO, 2016). Sobre este assunto, Cardoso (2019, online) aponta:

Os empreendimentos do PMCMV se localizaram geralmente em periferias desprovidas de infraestrutura e serviços, com impactos fortes sobre a qualidade de vida e a mobilidade dos moradores; o modelo condomínio, que caracterizou grande parte dos empreendimentos nas grandes cidades, trazia uma série de custos extras para os moradores, já pressionados pelos “custos da formalização”; as obras realizadas apresentaram com muita frequência problemas de qualidade estrutural e de funcionamento, além da inadequação dos métodos construtivos em relação à experiência habitacional das camadas populares. A ausência de articulação dos investimentos realizados com as políticas urbana e fundiária dos municípios é também um ponto extremamente problemático, levando inclusive a comprometer a sustentabilidade econômica do programa, ao contribuir fortemente para a elevação do preço da terra. (CARDOSO, 2019, online).

2.1.1 A problemática urbana do PMCMV

Nas cidades, o acesso à moradia relaciona-se à questão ambiental, visto que, as ocupações informais geralmente ocorrem de forma inadequada em áreas ambientalmente fragilizadas e, segundo Sousa e Braga (2020), essas áreas também são destinadas a empreendimentos habitacionais de interesse social. Essas áreas, que por vezes possuem restrições ambientais estabelecidas em legislação, são

usadas pelos empreendimentos do PMCMV, mais especificamente, da categoria Faixa 1, e são territórios ambientalmente frágeis e/ou em áreas menos valorizadas e próximas a locais com níveis elevados de vulnerabilidade social (SOUSA; BRAGA, 2020).

Para os autores, essa realidade demonstra um padrão periférico de urbanização, em que os interesses do mercado imobiliário são postos como prioridade, sem a interferência do poder público municipal no direcionamento das áreas de preservação prioritárias.

Reforçando esse padrão periférico de urbanização, Medeiros (2015) afirma que os novos conjuntos habitacionais proporcionados pelo Programa Minha Casa Minha Vida ocupam uma posição menos integrada à malha urbana, visto que o Governo Federal deixou para o setor privado a função de construir os empreendimentos habitacionais, dando crédito às construtoras. Esse fato dificultou o já citado acesso dos moradores aos centros urbanos, colaborando para a continuidade da exclusão social.

2.1.2 O PMCMV no município de Natal

Na primeira fase do programa, iniciada em 2009, seis municípios da Região Metropolitana de Natal aderiram ao PMCMV, sendo eles: Extremoz, Parnamirim, Ceará-Mirim, Macaíba Nísia Floresta e São Gonçalo do Amarante. Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, teve seus primeiros condomínios construídos a partir da segunda fase do programa (FONTENELE, 2019, p. 85). Na época, era uma cidade com problemas de déficit habitacional e insuficiência de políticas públicas de habitação social, assim como todos os demais municípios abrangidos pelo programa.

De acordo com Oliveira, Carvalho Neto e Pimentel Neto (2019), com relação ao déficit habitacional, o volume contratado de unidades habitacionais no município de Natal, entre os anos de 2009 e 2015, foram destinados, principalmente, às faixas 2 e 3 do programa, desfavorecendo a faixa 1, mesmo sendo essa última a faixa de renda na qual se concentra a maior parte do déficit de moradias. Do total de UH contratadas para a cidade, apenas 34,2% foram destinados à faixa 1 (3.064 unidades), enquanto 65,8% das unidades foram destinadas às faixas 2 e 3.

2.1.3 O Residencial Village da Prata

O Residencial Village da Prata é um dos empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, estando localizado no município do Natal, no bairro Guarapes, zona oeste da cidade (figura 1).

Figura 1 – Localização do Condomínio Residencial Village da Prata, no bairro Guarapes.



Fonte: Google Earth, 2021 (adaptado).

Ele foi projetado com 1.792 unidades habitacionais e dividido em 8 condomínios, que visam abrigar os beneficiários inscritos na faixa 1 do programa (com renda de até R\$ 1.800,00), além de famílias vindas de assentamentos. Os 8 condomínios do residencial são: Júlio Lira da Silva, Mestre Lucarino, João Bastos Santana, José Prudêncio Sobrinho, Elinó Julião, Humberto Nesi, Severino de Souza Marinho e Professora Noilde Ramalho (figura 2). Cada condomínio residencial é formado por 14 blocos de 16 apartamentos, cada um com 4 pavimentos, correspondendo a um total de 224 UH por condomínio. Cada apartamento tem uma área interna de 43,18m², com sala, dois quartos, WC social, hall e cozinha conjugada com área de serviço; oito apartamentos possuem uma área de 47,16m², por serem adaptados e destinados a famílias que tenham, em sua composição, pessoas com deficiência, principalmente cadeirantes (BURITI, 2018).

Figura 2 – Vista aérea do Residencial Village da Prata, na qual observa-se que 6 dos 8 condomínios já estão construídos, e 2 (ao fundo) estão em construção.



Fonte: Cardoso (2018).

Segundo informações da Prefeitura Municipal do Natal (2020), cada condomínio possui área de lazer descoberta, centro comunitário e quadra de esportes. Para atender às áreas comuns e UH's dos 8 condomínios, foi construída uma Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) e um reservatório de água elevado, que distribui água para cada residencial. Também, está prevista a construção de 01 escola (com quadra esportiva própria) e 01 Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) no Village da Prata.

Quanto à destinação das unidades habitacionais, Buriti (2018) cita que 50% das famílias são oriundas de assentamentos (demanda fechada), e os outros 50% são de famílias sorteadas via sistema (demanda aberta).

Os primeiros condomínios foram entregues no mês de março de 2018, o Júlio Lira e o Mestre Lucarino que, juntos, totalizaram 448 apartamentos (TRIBUNA DO NORTE, 2018). Os últimos a serem entregues foram o Prof^a. Noilde Ramalho,

em setembro de 2020, e o Severino de Souza Marinho em maio de 2021, concluindo a entrega das 1.792 unidades habitacionais do Residencial Village da Prata.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Segundo o Art. 1º da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999:

Entende-se, por educação ambiental, os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, online).

A institucionalização da Educação Ambiental (EA) vem de antes da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) citada acima, quando, em 1973, a Presidência da República criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Em seguida, em 1981, veio a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, e essa inclusão foi reforçada, no âmbito federal, pela Constituição de 1988, que também incluiu a conscientização pública para a preservação ambiental (BRASIL, 2007).

Segundo Paião e Ebaid (2017), a Educação Ambiental surgiu como uma tentativa de resgate da dinâmica entre o ser humano e o meio ambiente, com o objetivo de mostrar a importância deste e voltar a atenção para o tema, que atualmente é um dos mais importantes para a realidade na qual o planeta está inserido. Para eles, por meio da EA, é possível obter o embasamento necessário para futuras ações e criações, tendo em vista que as anteriores foram mal pensadas e sem os efeitos necessários, no que tange à tentativa de recuperação da condição anterior do meio ou, ao menos, à redução dos danos causados à natureza.

Seguindo essa linha de raciocínio, Santos, Souza e Moreira (2017) elucidam que a EA é uma maneira de levar as pessoas a entenderem que elas estão diretamente ligadas ao meio em que vivem, perceberem como usam os recursos naturais em seu cotidiano, e notarem como esses recursos são importantes para a sobrevivência, além de possibilitar a percepção de como esses recursos estão associados ao desenvolvimento humano.

Apesar da importância da participação e envolvimento da comunidade nas questões ambientais, relacionadas ao ambiente em que se vive (urbano ou rural),

Ferreira (2009) aponta que o maior problema enfrentado hoje é a apatia populacional, na qual a população encontra-se em estado de letargia diante dessas questões, mesmo havendo indignação/conhecimento. Ele afirma que é necessário possuir a informação correta, sendo fundamental o papel da Educação Ambiental neste ponto, contribuindo, assim, para o exercício apropriado da cidadania.

O autor assegura que a população, consciente dos impactos de seus atos, possa, também, reeducar suas ações, além de passar a fiscalizar o Poder Público, cobrando melhorias que seus locais necessitam e contribuindo na preservação das áreas ambientais da cidade.

Com relação aos trabalhos de Educação Ambiental, eles estão previstos nos projetos do Minha Casa Minha Vida, por meio do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS), instituído pela Portaria nº 21 de 22 de janeiro de 2014, do Ministério das Cidades, que em seu artigo 1º decide:

Aprovar o Manual de Instruções do Trabalho Social dos Programas e Ações do Ministério das Cidades, contendo normas e orientações para elaboração, contratação e execução do Trabalho Social nas intervenções de habitação e saneamento objetos de operações de repasse ou financiamento firmadas com o setor público; intervenções de habitação objetos de operações de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos; nas intervenções inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) dos demais programas que envolvam o deslocamento involuntário de famílias; bem como, naquelas executadas no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida, em todas as suas modalidades (BRASIL, 2014).

Junto com a Portaria acima, o Ministério das Cidades disponibilizou, também, por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), um material didático elaborado para o Curso à Distância: Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social - EAD TRABALHO SOCIAL. Esse material tem o objetivo principal de capacitar, em Trabalho Social, técnicos que atuam em projetos integrados de urbanização e regularização de assentamentos precários e produção habitacional (BRASIL, 2014).

De acordo com Carvalho (2011), o PTTS parte do pressuposto de que a participação dos beneficiários proporciona uma melhor adequação das intervenções às necessidades e demandas dos grupos sociais envolvidos e contribui significativamente para a sustentabilidade do empreendimento. Como benefícios advindos dessa participação, a autora cita o comprometimento desses beneficiários que, conseqüentemente, exercem seus direitos e deveres, além de possibilitar a compreensão e manifestação da população atendida acerca das intervenções.

Sobre esses projetos, Pinheiro, Lima e Júnior (2005) afirmam que, ao executar um programa de Educação Sanitária e Ambiental (ESA) que alcance seus objetivos de tratar do tema priorizado de forma prática e eficiente, é importante que seja elaborado o perfil da comunidade, grupo ou instituição para o qual será planejado, executado e avaliado o programa ou projeto de ESA. Nessa fase, deve-se realizar uma pesquisa de percepção ambiental, por meio de técnicas de amostragem e coleta de informações comportamentais, que gerarão dados qualitativos e quantitativos para tomadas de decisões nas fases de definição das prioridades, objetivos e estratégias pedagógicas e de ação.

O PTTS é dividido em 4 eixos que fazem parte dos objetivos específicos do projeto. Um desses eixos é o de Educação Ambiental, no qual se concentram as ações voltadas para assegurar a mobilização e participação da comunidade no projeto, e apoiar a ampliação da sua organização autônoma, que vai desde a implantação de sistemas de participação, representação e comunicação, até o desenvolvimento de ações, que fomentam e apoiam a organização autônoma da população, e também ações que visem o envolvimento da comunidade (BRASIL, 2014).

2.2.1 Projeto de Trabalho Social no Village da Prata – Eixo Ambiental

Para Olives (2017), o trabalho social pós-ocupação tem sua importância evidenciada quando um empreendimento do Minha Casa Minha Vida possui uma diversidade de realidades sociais, na qual famílias possuem um histórico de exclusão social e ~~que~~ requerem acompanhamento do PTS.

O PTS do Village da Prata é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE), e é elaborado pelo Departamento de Ação Social e Projetos Especiais (DASPE), cujo tempo de duração do trabalho consta de 12 meses, com recursos que totalizam R\$ 273.280,00 e 224 famílias beneficiadas (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2020).

Nele, a Educação Ambiental faz parte do eixo 3, no qual são elencados alguns objetivos a serem alcançados ao longo do período supracitado, como: preparar os beneficiários para a convivência; administração e gestão sustentável do condomínio residencial; discutir impactos ambientais decorrentes do comportamento

humano; estimular cooperação, responsabilidade e o sentimento de coletividade em relação aos cuidados necessários com a manutenção e conservação dos benefícios instalados e; realizar atividades socioculturais, visando a integração e participação dos beneficiários e demais atores envolvidos. Essas atividades são do momento pós-ocupação que, junto com as dos demais eixos, contribuem para o envolvimento e familiarização dos beneficiários com o local (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2020)

A metodologia seguida é baseada no envolvimento e participação dos beneficiários nas atividades, com adoção de medidas consideradas emergentes e prioritárias para a comunidade. Possui caráter multimetodológico, de forma a se entender a relação “pessoas–ambiente” e desencadear uma ligação entre conhecimento cognitivo, experiências vivenciadas e realidade das áreas de intervenção (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2020).

Para isso, a equipe técnica faz uso de equipamentos e materiais de apoio operacional/pedagógico/instrucional, para que as atividades possam ser abordadas de forma transversal e multidisciplinar, a fim de se tornarem mais atrativas e contribuírem de maneira mais efetiva para o processo educativo, como por exemplo, noções de conservação e preservação ambiental, que podem ser trabalhadas de forma lúdica, através de oficinas de dança, música, artes e cultura em geral. Também, durante a execução do PTS, é realizado o registro das atividades em atas e relatórios (conforme o caso), além de serem documentadas e avaliadas, havendo, também, o registro fotográfico das mesmas (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2020).

A fase final do PTS é o de monitoramento e avaliação. Este primeiro, de caráter contínuo e sistêmico, se dá por meio de reuniões intervaladas em campo para avaliação da realidade local, bem como entrevistas com a equipe técnica e os beneficiários, a fim de constatar se as metas e objetivos do projeto foram alcançados. Já, a avaliação, é feita através de instrumentos avaliativos para obtenção da opinião dos participantes presentes, bem como reuniões a cada 4 meses, com o objetivo de tomar ciência sobre o andamento do projeto. Ao fim da execução do PTS, é feita uma avaliação final que subsidiará a definição de estratégias para continuidade do trabalho social para além da permanência da equipe técnica, com o intuito de dar prosseguimento às atividades socioeducativas (PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, 2020).

3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE DO ESTÁGIO

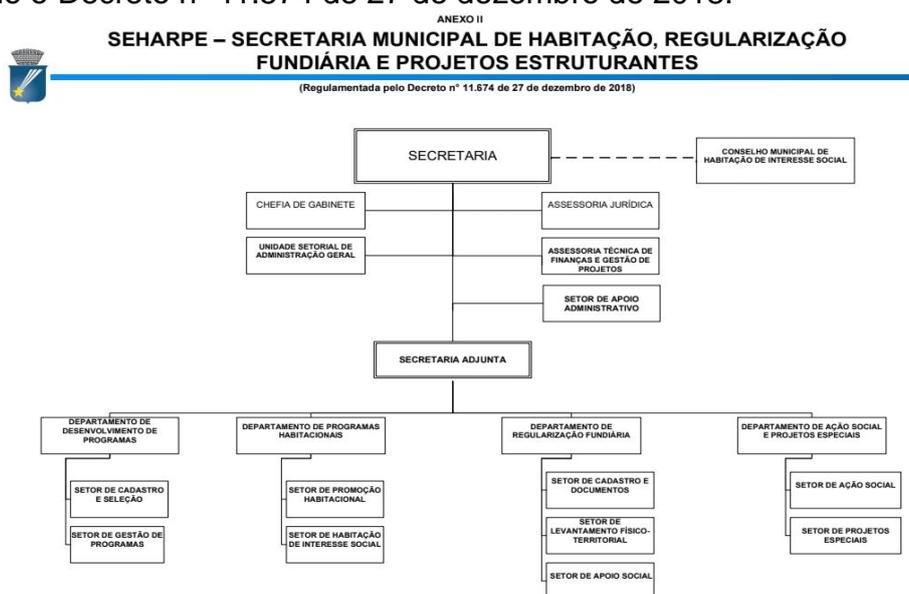
O local de realização do Estágio Supervisionado foi a Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHAPRE), da Prefeitura do Natal, situada na Avenida Princesa Isabel, 799, no bairro Cidade Alta.

A SEHARPE tem, como atribuições principais, a formulação, execução e acompanhamento da Política Municipal de Habitação e de regularização fundiária de forma integrada, além de possibilitar o reassentamento das famílias residentes em áreas insalubres, de risco ou de preservação ambiental.

No âmbito do “Minha Casa Minha Vida”, a Secretaria é a responsável pelo cadastramento, seleção, hierarquização e habilitação das demandas aberta (sorteio) e fechada (reassentamento), além do trabalho pós-ocupação, cuja execução e gestão estão vinculadas ao Departamento de Ação Social e Projetos Especiais (DASPE). O DASPE é formado por servidores públicos (assistentes sociais), cargos comissionados, terceirizados e estagiários, totalizando 20 funcionários.

Segundo o organograma disponibilizado pela Prefeitura do Natal (figura 3), a secretaria é dividida em quatro departamentos: desenvolvimento de programas, programas habitacionais, regularização fundiária e ação social e projetos especiais, sendo neste último departamento, onde o estágio foi realizado.

Figura 3 – Organograma representando os departamentos da SEHARPE, segundo o Decreto nº 11.574 de 27 de dezembro de 2018.



Fonte: Prefeitura Municipal do Natal (2018).

4 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Apesar do enfoque principal do estágio ter sido a prática de atividades sustentáveis no Complexo Residencial Village da Prata, no momento pós ocupação, com os beneficiários do PMCMV, as atividades não puderam ser realizadas durante o período em que o estágio foi realizado (de 12 de março de 2020 a 06 de setembro de 2021), visto que, ao longo desse período, o mundo foi acometido pela pandemia da COVID-19. Dessa forma, foram realizadas atividades preferencialmente internas, visto que o trabalho passou a ser remoto e por escalas, de acordo com os Decretos Estaduais.

As atividades internas eram variadas e consistiam em atender às demandas que surgiam para o DASPE. Dentre elas, o cadastramento socioeconômico das demandas de sorteio e reassentamento do PMCMV, no qual se entrava em contato com os beneficiados pelo programa e solicitava o comparecimento deles à SEHARPE, para atualização de seus cadastros e futura conclusão de seus dossiês e, posteriormente, o recebimento do tão sonhado apartamento. Além disso, também ocorreram atendimentos telefônicos para resoluções de dúvidas, realização de cadastro de pessoas interessadas em participar do programa e montagem de dossiê dos selecionados para Unidade Habitacional.

Apesar do trabalho ter sido preferencialmente interno, ao longo do estágio, foi necessária a realização de visitas às comunidades. Nesse período, foram entregues 2 residenciais pertencentes ao condomínio Village da Prata: os Residenciais Noilde Ramalho e Severino de Souza Marinho. Para que as entregas pudessem ocorrer, era necessário fazer contato com os beneficiários das Unidades Habitacionais (UH). Nesse sentido, o contato inicial era feito por telefone pelos funcionários do DASPE. Em seguida, eram enviados telegramas e, caso não ocorresse algum retorno do beneficiário, eram feitas visitas às comunidades onde eles residiam (geralmente em situação de vulnerabilidade), realizadas, em conjunto, pela técnica social e os estagiários, a fim de tomar conhecimento sobre a realidade socioambiental dos moradores dessas comunidades e identificar as famílias que sobreviviam de reciclagem/catação, e que foram aprovadas para assinatura de contrato para concessão de UH.

Essas entregas contaram com a participação de todo o corpo de funcionários do DASPE. Para o Noilde Ramalho, houve o comparecimento da equipe no empreendimento para a reunião em Assembleia Geral Permanente, com o objetivo de definir a Convenção de Condomínio e aprovar o Regimento Interno. A reunião é uma prática comum que ocorre a cada entrega das UHs do Village de Prata, na qual, também, há eleição para síndico, subsíndico e representantes de Conselho Fiscal, além da definição de taxa de condomínio e, por fim, a assinatura de contrato pelos contemplados. O residencial foi, oficialmente, entregue pelo Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, na data de 18 de setembro de 2020 (fotografia 1).

Fotografia 1 – Presença do Ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, na entrega no Residencial Noilde Ramalho, junto com a diretora do DASPE, o Secretário da SEHARPE, o representante CAIXA e o deputado Walter Alves.



Fonte: Tribuna do Norte (2020).

Já na entrega do Residencial Severino de Souza Marinho (SSM), a reunião em Assembleia Geral Permanente ocorreu da sede da SEHARPE (fotografia 2), também, junto com a assinatura dos contratos (fotografia 3). A equipe foi ao SSM apenas realizar a entrega das chaves dos apartamentos aos presentes no local, e também, contou com presença do ministro, em 14 de maio de 2021 (fotografia 4).

Fotografia 2 – Reunião em Assembleia Geral Permanente do Residencial Severino de Souza Marinho, ministrada pela técnica social, ocorrida na sede da SEHARPE.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Fotografia 3 – Assinatura de contrato do Residencial Severino de Souza Marinho.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Fotografia 4 – Reunião de entrega das chaves aos novos moradores do SSM.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Após a entrega dos residenciais, foram executadas as mudanças dos moradores reassentados (demanda fechada) para o SSM, que ficou sob responsabilidade da Prefeitura do Natal. Foram 3 dias de mudanças, acompanhadas por uma equipe da SEHARPE, cujas famílias da área da Chesf, Ocupação Pedro Melo e Ocupação Tiradentes foram realocados para suas novas moradias, uma em cada dia, como mostram as fotografias 5 e 6.

Fotografia 5 – Execução da mudança das famílias da área da Chesf no bairro de Felipe Camarão.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Fotografia 6 – Execução da mudança das famílias da Ocupação Pedro Melo, localizada no bairro da Ribeira.



Fonte: Elaboração própria em 2021.

Como dito anteriormente, devido à pandemia da COVID-19, as atividades de Educação Ambiental não puderam ser executadas, tendo em vista a manutenção da saúde da equipe técnica e das famílias que participariam das atividades propostas. Somente ao final do presente trabalho, as atividades externas foram retomadas com as oficinas e palestras sobre educação ambiental para os moradores do Village da Prata.

5 CONCLUSÃO

Com relação às atividades executadas internamente, de caráter administrativo, houve dificuldades apenas no início, porém, com a prática foi-se adquirindo experiência.

Boa parte das atividades externas propostas para o decorrer do estágio não puderam ser executadas, principalmente as oficinas, palestras, rodas de conversa sobre Educação Ambiental. Dito isso, tendo a EA e a sensibilização dos moradores do Village da Prata como objetivo principal do trabalho, infelizmente esse objetivo

dentro do período de estágio citado não pôde ser alcançado, devido à já citada pandemia da COVID-19.

No entanto, com a redução no número de casos e de óbitos ocasionados pelo vírus e com o alcance das vacinas, sabe-se que essas atividades foram retomadas, no entanto, o meu contrato de estágio expirou, implicando na minha não participação nas práticas ambientais voltadas para a comunidade do Village da Prata. Com o prosseguimento dessas atividades, as famílias residentes nesse local poderão compreender e refletir sobre os impactos (tanto positivos quanto negativos) de suas ações com relação principalmente à disposição do lixo, a relação com o próximo, exercendo o papel de agentes transformadores tanto do local quanto da própria realidade.

A concentração de pessoas comumente observada nos residenciais dos condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida, aliada ao padrão de consumo e geração de rejeitos desses moradores, tem impactado sobre o meio ambiente, extrapolando em muito a área ocupada por eles. Diante disso, é recomendável que estudos de caráter prático e que envolvam a EA sejam realizados, visando caracterizar as relações neste ambiente urbano, de forma a contribuir para a discussão da melhoria da qualidade de vida no PMCMV e dos problemas ambientais ali existentes.

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz Cruz **Minha Casa... E a cidade? Avaliação do Programa minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 11 – 27.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso de capacitação: trabalho social em programas de habitação de interesse social**. 2ª ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/CA-07_CURSO-DE-TRABALHO-SOCIAL-MINISTERIO-DAS-CIDADES-2014.pdf Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014**. Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/2014/portaria_21_2014_trabalho_social.pdf. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade**, Cadernos SECAD 1, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf> Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relatório de avaliação – Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm. Acesso em: 25 ago. 2021.

BURITI, Elizângela Paulino da Silva. **Ocupar e criar poder popular: uma análise acerca da participação social do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB no município de Natal/RN**. 2018. Dissertação (Mestre em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio grande do Norte, Natal, 2018.

CARDOSO, Adauto. Propostas para uma política habitacional democrática e sustentável. In: CARDOSO, Adauto. **Blog Observatório das Metrôpoles**. 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/propostas-para->

uma-politica-habitacional-democratica-e-sustentavel/. Acesso em: 31 ago. 2021.

CARVALHO, Lizete. Trabalho Técnico Social x meio ambiente nos programas habitacionais públicos brasileiros. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 4, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/3908/2280>. Acesso em: 01 set. 2021.

DANTAS, Anna Ruth. Prefeitura entregará mais 224 apartamentos no condomínio Village da Prata nesta sexta-feira. **Blog Política em Foco**. 05 abr. 2018. Disponível em: <http://politicaemfoco.com/prefeitura-entregara-mais-224-apartamentos-no-condominio-village-de-prata-nesta-sexta-feira/>. Acesso em: 09 out. 2021.

FERREIRA, Antônio Elias Firmino. A importância da educação ambiental para a prática da gestão urbana. **Revista Arquitectos**, ano 10, 2009. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitectos/10.109/49> Acesso em: 15 set. 2021.

FONTENELE, Beatriz Medeiros. **A casa como ativo: os usos não regulamentados do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 na região metropolitana de Natal**. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

Google Earth. **Localização do Condomínio Residencial Village da Prata, no bairro Guarapes (adaptado)**. Natal, RN, 2021.

MEDEIROS, Eudislane de Almeida. **POLÍTICA HABITACIONAL E URBANIZAÇÃO: da Reforma Urbana ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Gestão Pública) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

OLIVEIRA, Osmar Faustino de; NETO, Manoel Raymundo de Carvalho.; NETO, José Geraldo Pimentel. Políticas públicas dilemas e desafios do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana de Natal. **Agenda Política**, v. 7, 2019. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/255>. Acesso em: 31 ago. 2021.

OLIVES, Sara Judy Christie de. **Desafios e fragilidades do trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos Regionais) - Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PAIÃO, Olivie Samuel; EBAID, Ana Augusta Westin. A importância da educação ambiental na sociedade contemporânea. **Revista Colloquium Socialis**, v.1, 2017. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Socialis/Direito/A%20IMPORTANCIA%20DA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20AMBIENTAL%20NA%20SOCIEDADE%20CONTEMPOR%C3%82NEA.pdf>. Acesso em: 14 set. 2021.

PINHEIRO, José Ivam; LIMA, Bel. Urbano Medeiros; JÚNIOR, Pedro Celestino

Dantas. **A educação sanitária e ambiental como instrumento de participação popular, conscientização e controle social na regulação dos serviços de saneamento ambiental**. Natal, RN, 2005. Disponível em: <https://www2.natal.rn.gov.br/arsban/paginas/ctd-89.html>. Acesso em: 13 set. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. **Projeto de Trabalho Social - Residencial Noilde Ramalho, Village da Prata**. Natal/RN: Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE), 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL. Organograma representando os departamentos da SEHARPE segundo o Decreto nº 11.674, de 27 de dezembro de 2018.

RAMALHOSO, Wellington. Minha Casa, Minha Vida deu certo? Veja pontos positivos e negativos. In: UOL. **Blog Cotidiano**. 19 jul. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/06/19/minha-casa-minha-vida-deu-certo-veja-pontos-positivos-e-negativos.htm>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SANTOS, Derli Barbosa dos; SOUZA, Cinthia Raquel de; MOREIRA, Leandro Márcio. Da educação ambiental à transformação social: reflexões sobre a interdisciplinaridade como estratégia desse processo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, 2017. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/7014/4685>. Acesso em: 14 set. 2021.

SOUSA, Isabel Cristina; BRAGA, Roberto. Habitação de Interesse Social e o Minha Casa Minha Vida – faixa 1: questão ambiental na produção habitacional. *urbe*. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/26720>, Acesso em: 09 out. 2021.

Tribuna do Norte. **PRIMEIROS apartamentos do condomínio Village de Prata serão entregues neste sábado**. Natal, RN, 2018.

Tribuna do Norte. **ROGÉRIO Marinho participa de entrega de unidades habitacional no RN**. Natal, RN, 2020.